

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**

Período de Análise: 01 a 31 de Janeiro de 2009

Área Temática: Relações Internacionais

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Índice

Modernizando o multilateralismo – Folha de São Paulo – 05/01/2009.....	3
Interpretação das normas do Mercosul - João Grandino Rodas – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 08/01/2009	5
A verdade sobre o fundo soberano – José Dirceu – Jornal do Brasil – 08/01/2009	7
Interpretação das normas do Mercosul/Opinião – João Grandino Rodas – Folha de São Paulo – 08/01/2008.....	8

Segunda Quinzena

A ONU tem se mostrado irrelevante para a obtenção da paz e da segurança mundial? – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 17/01/2009	10
A ONU tem se mostrado irrelevante para a obtenção da paz e da segurança mundial? – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 17/01/2009	11
Davos quer frear 'ganância mundial' – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/01/2009	12
Enfrentando a crise como oportunidade - Marcio Pochmann – Valor Econômico – Colunistas - 22/01/2009.....	14
Em perplexidade, Davos antecipa G20 – Clóvis Rossi - Folha de São Paulo – Mundo - 25/01/2009.....	16
Governo cria barreira contra importações – Guilherme Barros - Folha de São Paulo – Dinheiro - 27/01/2009	18
Obama telefona e Lula e defende retomada de Doha - Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Brasil - 27/01/2009.....	19
Países ricos se protegem da crise com subsídios, diz OMC - Assis Moreira – Valor econômico – Internacional - 27/01/2009.....	19
Governo recua de restrição a importações – Folha de São Paulo – Dinheiro – 29/01/2009	21
Governo adia ação para não constranger ministro – Folha de São Paulo – Dinheiro – 29/01/2009.....	22
Barreira seria exceção, avalia OMC – Denyse Godoy – Folha de São Paulo – Dinheiro – 29/01/2009.....	23
Medida brasileira causa desconforto no Mercosul – Thiago Guimarães – Folha de São Paulo – Dinheiro – 29/01/2009.....	23
Neoprotecionismo – Roberto Rodrigues - Folha de São Paulo – Dinheiro – 31/01/2009	24

Modernizando o multilateralismo – Folha de São Paulo – 05/01/2009
Crédito: Roberto B.Zoellick, em Washington

O ANO de 2008 será lembrado como de extraordinário tumulto. A crise financeira surgiu nos calcanhares das crises nos alimentos e nos combustíveis.

Agora, o mundo está em meio a uma crise econômica que redundará em muitas perdas de emprego. País algum escapou incólume. Estamos entrando em uma nova zona de perigo, com riscos acentuados para a exportação e o investimento, para o crédito, os sistemas bancários, os orçamentos e os balanços de pagamentos. Em 2009 poderemos ver o primeiro declínio no comércio mundial desde 1982. Como sempre, os pobres são os mais indefesos. Para os países em desenvolvimento, as condições de crédito mais severas e o crescimento muito mais fraco significarão que os governos serão menos capazes de atender às metas de educação e saúde e de investir na infraestrutura necessária a sustentar o crescimento.

Até o momento, 100 milhões de pessoas já foram lançadas à pobreza como resultado dos preços altos da comida e dos combustíveis, e as estimativas correntes sugerem que cada declínio de 1% no ritmo de crescimento dos países em desenvolvimento representa mais 20 milhões de pessoas na pobreza.

Os países estão tentando pôr fim ao congelamento do crédito, escorar as instituições financeiras, reduzir as taxas de juros, reforçar as redes de segurança e reanimar o consumo e o investimento para estimular os negócios, permitir que as pessoas trabalhem e firmar as fundações do futuro crescimento.

Essas medidas serão mais efetivas se os países agirem de modo coordenado, apoiando-se mutuamente. O nacionalismo econômico que procura extrair vantagem da desvantagem alheia deflagrará perigos ainda maiores. Desafios mundiais pedem soluções mundiais.

Em outubro, eu apelei pela modernização do multilateralismo e dos mercados, a fim de que reflitam melhor as mudanças na economia mundial e permitam que os países ajam de maneira coordenada a fim de enfrentar problemas interconectados. Para que possamos ir além do velho sistema do Grupo dos 7 (G7), é preciso uma abordagem do século 21 para o multilateralismo, por meio do dinamismo propiciado por uma rede flexível, e não de novas hierarquias e de um sistema fixo ou estático.

O novo multilateralismo deve maximizar as vantagens dos agentes e instituições sobrepostos e interdependentes, tanto públicos quanto privados. Deve ir além da concentração tradicional nas finanças e comércio externo e incluir outras questões econômicas e políticas prementes: desenvolvimento, energia, alterações climáticas e estabilização dos Estados frágeis e daqueles que estão saindo de períodos de conflito. É preciso aproximar as instituições internacionais existentes, com seus conhecimentos e seus recursos, para reformá-las quando necessário, e encorajar cooperação efetiva e ação coordenada.

O multilateralismo, em sua melhor forma, é um meio de resolver problemas entre países, e o grupo que participa das discussões deve estar disposto a tomar medidas construtivas em conjunto. É preciso que sua força -e sua legitimidade- sejam extraídas de uma participação mais ampla e de resultados mais concretos. A conferência de cúpula do G20 realizada em novembro levou à mesa pela primeira vez as potências ascendentes como participantes ativos na solução da crise financeira mundial. Elas concordaram quanto a uma agenda positiva, mas o verdadeiro teste será determinar se as medidas discutidas serão implementadas. É um passo positivo que os líderes das grandes economias desenvolvidas agora estejam se reunindo com os líderes das potências econômicas ascendentes. Mas os países em desenvolvimento mais pobres não

devem ser excluídos. Não resolveremos a atual crise, ou colocaremos em ação soluções de longo prazo sustentáveis, se aceitarmos um mundo em dois níveis. O objetivo deve ser o de construir uma globalização inclusiva e sustentável.

Trilhões de dólares vem sendo gastos nos resgates financeiros nos países desenvolvidos. Em comparação, cerca de US\$ 100 bilhões anuais são investidos agora em assistência internacional. Precisamos de um resgate "humano" tanto quanto de um resgate financeiro. Nesse ambiente, um compromisso mundial de fornecer assistência ao desenvolvimento dos países mais pobres deve ter a primazia.

No Banco Mundial, estamos ampliando nosso apoio financeiro aos mais necessitados.

Estamos acelerando a concessão de verbas e empréstimos de longo prazo e juro zero aos 78 países mais pobres do mundo, metade deles na África. Os doadores no ano passado prometeram US\$ 42 bilhões em três anos para o fundo que o Banco Mundial constituiu para esses países, a Associação Internacional de Desenvolvimento.

Esse dinheiro é vital se queremos cumprir as Metas de Desenvolvimento do Milênio.

Além disso, a divisão de empréstimos aos países em desenvolvimento do Banco, o Bird (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento), pode assumir novos compromissos de financiamento da ordem de mais de US\$ 35 bilhões neste ano -quase o triplo do ano passado- e de até US\$ 100 bilhões ao ano nos próximos três anos.

O aumento foi calculado para proteger os mais pobres e vulneráveis contra danos, para apoiar os países que enfrentam problemas de captação devido ao colapso dos mercados de crédito e para ajudar a sustentar investimentos dos quais dependem a recuperação e o desenvolvimento em longo prazo. Nossa divisão de financiamento ao setor privado, a International Finance Corporation (IFC), está lançando ou expandindo três linhas de crédito, que devem atingir os US\$ 30 bilhões nos três próximos anos.

Elas tratarão de problemas de alta prioridade surgidos nos últimos meses: expandir o financiamento ao comércio, recapitalizar os bancos dos países mais pobres e sustentar o investimento em infraestrutura ao ajudar projetos viáveis sujeitos à crise de liquidez. Ao mesmo tempo, manteremos nossos esforços de combate à subnutrição e à fome e forneceremos energia aos pobres.

Nossos Fundos de Investimento Climático, recentemente lançados no valor de US\$ 6 bilhões, construirão experiência prática com tecnologias, reflorestamento e adaptação para apoiar as negociações das Nações Unidas quanto às alterações climáticas e auxiliar os países em desenvolvimento.

Enquanto o mundo luta para sair do buraco financeiro e econômico em que caiu, precisamos pensar no futuro. As crises atuais refletem a velocidade assustadora do mundo interconectado. Os fatores que produzem a globalização oferecem excelentes oportunidades de superar a pobreza, ampliar as oportunidades e abrir sociedades. Mas precisamos de um novo multilateralismo que expanda esses benefícios a todos.

Interpretação das normas do Mercosul - João Grandino Rodas – Estado de São Paulo
– Notas e Informações – 08/01/2009

O Supremo Tribunal Federal (STF) está prestes a regulamentar a tramitação da solicitação de opiniões consultivas ao Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul (TPR). Como as Cortes Supremas da Argentina, do Paraguai e do Uruguai já o haviam feito, tudo está preparado para o aumento dos pedidos de tais opiniões. O que isso significa em termos práticos?

Dois dos pressupostos iniciais básicos do Mercosul ainda vigoram, após 18 anos de seu estabelecimento:

A intergovernamentalidade (no seio de seus órgãos políticos, para se chegar a uma decisão são necessários os votos de todos os seus membros, equivalendo a negativa de um deles ao veto); e a parcimônia de estrutura orgânica (o bloco econômico prefere ir criando órgãos ou os tornando mais complexos à medida das necessidades).

As normas jurídicas que regulamentam o Mercosul, criadas internacionalmente no seio do bloco, incorporaram-se ao ordenamento jurídico dos países membros, não automaticamente, mas seguindo regras idênticas a qualquer tratado internacional. No caso do Brasil, a validade interna das regras do Mercosul depende de aprovação pelo Legislativo e de promulgação pelo Executivo. As normas do Mercosul, inobstante sua origem internacional, são aplicadas pelos diversos executores do Direito, inclusive pelos juízes e árbitros, quer internacionalmente, no seio dos órgãos do próprio Mercosul, quer nacionalmente, no âmbito dos Estados membros. Assim, cada juiz de tais países interpreta a norma Mercosul e a aplica para solucionar o caso concreto. Para a aplicação correta e isonômica da regra do bloco deve haver a possibilidade de unificação de interpretação por órgão internacional. Daí a importância da opinião consultiva exarada pelo TPR.

O Tratado de Assunção (1991), origem do Mercosul, estabeleceu, provisoriamente, que as controvérsias entre os Estados partes seriam dirimidas por negociações diretas ou mediante recomendações de órgãos superiores da própria organização. Meses após, o Protocolo de Brasília desenhou modalidade de solver litígios por meio de tribunais arbitrais ad hoc, uma vez esgotada a tentativa de solução política no âmbito dos órgãos do Mercosul. Essa solução provisória durou até 2004 e contabilizou nove laudos arbitrais sobre questões de índoles diversas. Nesse ano entrou em vigor um novo sistema de solução de controvérsias, criado pelo Protocolo de Olivos (2002), que, mantendo como primeira instância os tribunais arbitrais ad hoc, criou como segunda instância o TPR, com competência para rever os laudos exarados pela primeira instância, para dirimir em única instância controvérsia concreta entre Estados partes e para emitir opiniões consultivas. Esse tribunal tem natureza jurídica mista: é tribunal arbitral, enquanto reexamina laudo arbitral de primeira instância ou quando soluciona única e definitivamente caso contencioso entre Estados, e é tribunal de justiça, quando emite opiniões consultivas.

Sem sombra de dúvida, ao criar o TPR, o Protocolo de Olivos não somente lançou as bases para que o Mercosul pudesse ter, a seu tempo, um tribunal de justiça pleno, como propiciou um período de aprendizagem aos juízes nacionais dos países

membros sobre o relacionamento entre jurisdições nacionais e jurisdições internacionais do organismo econômico regional, no que tange à interpretação das normas desse bloco. Nestes mais de quatro anos, o TPR, além de ter atuado nas várias vertentes de sua competência, vem contribuindo para lançar as bases do aperfeiçoamento institucional da solução de controvérsias no Cone Sul.

Opinião consultiva é a resposta fundamentada do TPR, não obrigatória nem vinculante, sobre questão jurídica acerca de interpretação e aplicação de normas do Mercosul em caso concreto, com o fito de possibilitar sua aplicação uniforme no território dos Estados partes.

Podem solicitar opinião consultiva os Estados partes, os órgãos decisórios e o Parlamento do Mercosul, além dos juízes dos Estados partes, por intermédio dos Supremos Tribunais desses Estados. Referentemente ao alcance, as opiniões podem versar sobre as normas originárias, como o Tratado de Assunção, ou normas derivadas dos órgãos decisórios do Mercosul - obviamente, vedada qualquer intromissão no direito interno dos Estados partes.

A opinião prejudicial, vigente no Mercado Comum Europeu/União Europeia, coerentemente com sua característica supranacional, é vinculante e obrigatória.

Recentemente, por ocasião do VI Fórum de Cortes Supremas dos Estados membros do Mercosul, realizado na sede do STF, em Brasília, foi propugnada a “criação” imediata de um tribunal de justiça pleno (alguns acrescentariam supranacional) para o bloco. Logo a seguir, tal pleito ecoou no Parlamento do Mercosul. Esse afã me parece açodado, por várias razões:

Contraria as premissas básicas de intergovernamentalidade e parcimônia de estrutura orgânica, vigentes no bloco; deixa de utilizar as potencialidades do TPR, em razão de preferência por estrutura mais avançada; não leva em conta que há questões prévias a serem decididas, antes que uma Corte de Justiça plena tenha condições de funcionar; imagina que possa ser reproduzido aqui o ocorrido nos albores da Mercado Comum Europeu, quando seus juízes tiveram papel primordial na corporificação do conceito de supranacionalidade e na sua implementação, sem lembrar que as circunstâncias eram outras.

No caminho preparatório para a transformação do TPR em tribunal pleno de justiça, certamente a generalização do instituto da opinião consultiva seria um grande passo.

João Grandino Rodas, presidente do TPR, desembargador federal aposentado do TRF da 3.^a Região, diretor da Faculdade de Direito da USP, master of Laws pela Harvard Law School, foi chefe da Consultoria Jurídica do Itamaraty (1993-1998)

Muito se tem discutido sobre o Fundo Soberano Brasileiro (FSB) proposto pelo governo e aprovado pelo Congresso. A rigor, trata-se de uma medida visando a acumular reservas financeiras num fundo, como o nome diz, para serem utilizadas em épocas de escassez de recursos orçamentários. Os recursos para a constituição do fundo podem vir do superávit fiscal no orçamento do país, em momentos de grande expansão econômica, ou de superávits nas transações comerciais e financeiras, comum no caso dos países exportadores de petróleo e gás, ou de endividamento. No nosso caso, a idéia do FSB surgiu a partir da hipótese de um saldo na balança de pagamentos a partir da exploração do pré-sal.

O objetivo do FSB, como estabelece a própria lei que o constituiu, é "promover investimentos em ativos no Brasil e no exterior, formar poupança pública, mitigar os efeitos dos ciclos econômicos e fomentar projetos de interesse estratégico do país localizados no exterior". Os recursos do fundo devem ser destinados para investimentos públicos, principalmente neste momento de crise e escassez de crédito em nível internacional, evitando assim uma queda brusca no PIB.

A lei que criou o fundo autoriza que o governo transfira o excesso de arrecadação de um determinado ano para o FSB e use o dinheiro em momentos de queda nas receitas. Prevê, ainda, que a União pode aumentar seu endividamento para colocar recursos no fundo, que, por sua vez, podem também ser usados para a compra de dólares no mercado, evitando a valorização excessiva do real, ou para financiar empresas brasileiras no Brasil e no exterior.

Apesar dos méritos dos objetivos do FSB, a proposta, desde que surgiu, foi combatida pela oposição e por setores da mídia. Não faltaram editoriais, artigos e comentários contra a criação do fundo, defendendo que a iniciativa do presidente Lula fosse barrada no Congresso. O argumento pueril e hipócrita é que o Brasil não tem superávit nominal e sim um déficit de 1% e, neste momento, corre o risco de ter déficit nas contas correntes e financeiras, não podendo acumular recursos no fundo a não ser se endividando. Na verdade, o governo tem diminuído o déficit nominal e mantido um superávit fiscal de 4,3%, suficiente para o pagamento do serviço da dívida cuja relação com o PIB não pára de cair – hoje, é de 34%. Já os partidos de oposição (PSDB, DEM e PPS) se colocaram contra, alegando que o FSB era um cheque em branco para o governo.

Na prática, oposição e seus apoiadores na mídia não querem dar ao governo instrumentos para manter um nível de investimento público que garanta a continuidade das obras do PAC e o crescimento do emprego e da renda. Daí a obstrução e a negativa da oposição em votar o crédito extraordinário que garantiria os recursos orçamentários para o fundo no valor de R\$ 14,2 bilhões, ou 0,5% do PIB, o que obrigou o governo a baixar a MP 452, que abre uma conta de despesas financiada por emissão de dívida no orçamento ou por meio de crédito extraordinário, a ser regulamentada por decreto. Não satisfeita em ter obstruído a votação do FSB até o último dia do ano legislativo e de não ter votado o crédito extraordinário, a oposição agora deu entrada no STF a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade para tentar impedir que o governo destine recursos para o fundo.

Enquanto a oposição brasileira age assim, os governos dos Estados Unidos e dos países europeus destinam centenas de bilhões de dólares aos bancos e empresas para evitar o agravamento ainda maior da crise, mesmo que seus déficits nominais sejam muito superiores ao nosso 1%. É evidente que a busca de déficit zero no atual momento está

afastada assim como a tomada de empréstimos no mercado externo ou mesmo a aplicação de recursos do FSB no exterior, pelo menos até que a atual crise passe. O FSB está sendo constituído com recursos do orçamento, que basicamente serão aplicados em investimentos no país.

O que interessa à oposição é o jogo de poder em 2010, e ela segue firme em sua estratégia, mesmo que isso signifique o agravamento da crise econômica, contra os interesses do Brasil e de seu povo.

Interpretação das normas do Mercosul/Opinião – João Grandino Rodas – Folha de São Paulo – 08/01/2008

O Supremo Tribunal Federal (STF) está prestes a regulamentar a tramitação da solicitação de opiniões consultivas ao Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul (TPR). Como as Cortes Supremas da Argentina, do Paraguai e do Uruguai já o haviam feito, tudo está preparado para o aumento dos pedidos de tais opiniões. O que isso significa em termos práticos?

Dois dos pressupostos iniciais básicos do Mercosul ainda vigoram, após 18 anos de seu estabelecimento:

A intergovernamentalidade (no seio de seus órgãos políticos, para se chegar a uma decisão são necessários os votos de todos os seus membros, equivalendo a negativa de um deles ao veto);

e a parcimônia de estrutura orgânica (o bloco econômico prefere ir criando órgãos ou os tornando mais complexos à medida das necessidades).

As normas jurídicas que regulamentam o Mercosul, criadas internacionalmente no seio do bloco, incorporaram-se ao ordenamento jurídico dos países membros, não automaticamente, mas seguindo regras idênticas a qualquer tratado internacional. No caso do Brasil, a validade interna das regras do Mercosul depende de aprovação pelo Legislativo e de promulgação pelo Executivo. As normas do Mercosul, inobstante sua origem internacional, são aplicadas pelos diversos executores do Direito, inclusive pelos juízes e árbitros, quer internacionalmente, no seio dos órgãos do próprio Mercosul, quer nacionalmente, no âmbito dos Estados membros. Assim, cada juiz de tais países interpreta a norma Mercosul e a aplica para solucionar o caso concreto. Para a aplicação correta e isonômica da regra do bloco deve haver a possibilidade de unificação de interpretação por órgão internacional. Daí a importância da opinião consultiva exarada pelo TPR.

O Tratado de Assunção (1991), origem do Mercosul, estabeleceu, provisoriamente, que as controvérsias entre os Estados partes seriam dirimidas por negociações diretas ou mediante recomendações de órgãos superiores da própria organização. Meses após, o Protocolo de Brasília desenhou modalidade de solver litígios por meio de tribunais arbitrais ad hoc, uma vez esgotada a tentativa de solução política no âmbito dos órgãos do Mercosul. Essa solução provisória durou até 2004 e contabilizou nove laudos arbitrais sobre questões de índoles diversas. Nesse ano entrou em vigor um novo sistema de solução de controvérsias, criado pelo Protocolo de Olivos (2002), que, mantendo como primeira instância os tribunais arbitrais ad hoc, criou como segunda instância o TPR, com competência para rever os laudos exarados pela primeira instância, para dirimir em única instância controvérsia concreta entre Estados partes e para emitir opiniões consultivas. Esse tribunal tem natureza jurídica mista: é tribunal arbitral, enquanto reexamina laudo arbitral de primeira instância ou quando soluciona

única e definitivamente caso contencioso entre Estados, e é tribunal de justiça, quando emite opiniões consultivas.

Sem sombra de dúvida, ao criar o TPR, o Protocolo de Olivos não somente lançou as bases para que o Mercosul pudesse ter, a seu tempo, um tribunal de justiça pleno, como propiciou um período de aprendizagem aos juízes nacionais dos países membros sobre o relacionamento entre jurisdições nacionais e jurisdições internacionais do organismo econômico regional, no que tange à interpretação das normas desse bloco. Nestes mais de quatro anos, o TPR, além de ter atuado nas várias vertentes de sua competência, vem contribuindo para lançar as bases do aperfeiçoamento institucional da solução de controvérsias no Cone Sul.

Opinião consultiva é a resposta fundamentada do TPR, não obrigatória nem vinculante, sobre questão jurídica acerca de interpretação e aplicação de normas do Mercosul em caso concreto, com o fito de possibilitar sua aplicação uniforme no território dos Estados partes.

Podem solicitar opinião consultiva os Estados partes, os órgãos decisórios e o Parlamento do Mercosul, além dos juízes dos Estados partes, por intermédio dos Supremos Tribunais desses Estados. Referentemente ao alcance, as opiniões podem versar sobre as normas originárias, como o Tratado de Assunção, ou normas derivadas dos órgãos decisórios do Mercosul - obviamente, vedada qualquer intromissão no direito interno dos Estados partes.

A opinião prejudicial, vigente no Mercado Comum Europeu/União Europeia, coerentemente com sua característica supranacional, é vinculante e obrigatória.

Recentemente, por ocasião do VI Fórum de Cortes Supremas dos Estados membros do Mercosul, realizado na sede do STF, em Brasília, foi propugnada a "criação" imediata de um tribunal de justiça pleno (alguns acrescentariam supranacional) para o bloco. Logo a seguir, tal pleito ecoou no Parlamento do Mercosul. Esse afã me parece açodado, por várias razões:

Contraria as premissas básicas de intergovernamentalidade e parcimônia de estrutura orgânica, vigentes no bloco;

deixa de utilizar as potencialidades do TPR, em razão de preferência por estrutura mais avançada; não leva em conta que há questões prévias a serem decididas, antes que uma Corte de Justiça plena tenha condições de funcionar;

imagina que possa ser reproduzido aqui o ocorrido nos albores da Mercado Comum Europeu, quando seus juízes tiveram papel primordial na corporificação do conceito de supranacionalidade e na sua implementação, sem lembrar que as circunstâncias eram outras.

No caminho preparatório para a transformação do TPR em tribunal pleno de justiça, certamente a generalização do instituto da opinião consultiva seria um grande passo.

A ONU tem se mostrado irrelevante para a obtenção da paz e da segurança mundial? – Folha de São Paulo – Oscar Vilhena Vieira - Tendências e Debates – 17/01/2009

EM 12 de setembro de 2002, George W. Bush desafiou a ONU com a seguinte disjuntiva: ou a organização autorizava a invasão americana do Iraque "ou se tornaria irrelevante". Como a ONU, por intermédio de seu Conselho de Segurança, não se curvou à ameaça do presidente norte-americano, suas resoluções foram simplesmente desprezadas. Da mesma forma, o reincidente Estado de Israel não tem apenas afrontado a Carta da ONU e desdenhado das múltiplas resoluções adotadas pelo Conselho de Segurança ou pelo Conselho de Direitos Humanos, mas feito a instituição alvo de seus ataques aéreos em sua investida em Gaza.

Mas, afinal, por que deveríamos nutrir a ilusão de que Estados soberanos, dotados de enorme capacidade de exercer a violência física, submeter-se-iam a uma organização internacional destituída de poderio militar, como a ONU? À parte uma justificação de ordem moral kantiana, que me dispense de desenvolver aqui, vislumbro ao menos duas razões de natureza realista, baseadas no autointeresse, para que Estados fortes se comprometam com uma organização como a ONU. Primeiro, seria extremamente custoso obter a cooperação das demais nações só com base no exercício da violência. A criação de regras aceitáveis de convivência, respeitadas pelos próprios detentores do poder, tendem a aumentar a confiança no sistema internacional e ampliar a cooperação voluntária das demais partes. Em segundo lugar, uma organização multilateral pode suprir dificuldades de coordenação em temas como paz, meio ambiente, deslocamentos humanos, pobreza, direitos humanos etc., canalizando responsabilidades de polícia internacional assumidas por poucos Estados.

Evidente que essas premissas apenas serão válidas quando o poder não for tão concentrado nas mãos de um ou poucos Estados, de forma que o custo de imposição de suas vontades pela força pareça irrisório em relação ao ônus da desobediência pelos pequenos Estados, tornando a existência de uma ONU irrelevante. O fortalecimento das economias antes periféricas do Leste asiático, da Rússia, da Índia, do Brasil e particularmente da China, somado à crise do sistema financeiro dos países do Norte, criou uma situação nova de multipolaridade econômica. A participação das economias emergentes em termos de PIB já ultrapassou, ainda que ligeiramente, a dos países desenvolvidos. Os países emergentes devem concentrar mais de 60% do PIB em 2025 ("The Economist", 3/7/08).

Essa mudança tem tido forte repercussão sobre a reconfiguração do mapa político global. Se a ONU viu-se bloqueada no sistema bipolar da Guerra Fria e sucumbiu ao unilateralismo de Bush, agora se depara com um novo cenário. Nesse sentido, a ONU precisa ser reformada para atender à nova geografia do poder e ampliar sua efetividade política.

Obama e sua secretária de Estado, Hillary Clinton, já perceberam que não é mais possível garantir a segurança internacional e angariar a cooperação das demais nações pelo simples exercício da violência. Como disse Hillary Clinton no Senado americano, é necessário dar prevalência à diplomacia e à política multilateral em detrimento da pura força. A palavra de ordem é o "smart power". Os fracassos no Afeganistão e no Iraque deixam claro a impossibilidade de os EUA colocarem-se o poder único.

Um maior equilíbrio de natureza econômica, bem como uma maior dispersão do poder político, contribuirão necessariamente para o fortalecimento da ONU, tornando-a cada vez mais relevante no plano puramente político. Num mundo onde convivem muitos

poderes e nenhum parece ser tão forte a ponto de subjugar os demais, a coordenação parece ser a única alternativa racional.

No plano moral, por sua vez, a ONU jamais foi irrelevante. Sua capacidade de articular temas de substantivo interesse de toda a humanidade fizeram dela uma instituição indispensável.

Portanto, o discurso sobre a irrelevância da ONU, além de politicamente equivocado, é moralmente indefensável. Interessa, sobretudo, aos tiranos de plantão.

***OSCAR VILHENA VIEIRA**, 42, é professor e coordenador do Programa de Mestrado em Direito e Desenvolvimento da Direito GV e diretor jurídico da Conectas Direitos Humanos.

A ONU tem se mostrado irrelevante para a obtenção da paz e da segurança mundial? – Folha de São Paulo – Aziz Tuffi Saliba - Tendências e Debates – 17/01/2009

NO SEU primeiro artigo, a Carta da ONU anuncia como objetivo a manutenção da paz e segurança internacionais. Mais adiante, confere ao Conselho de Segurança "a principal responsabilidade na manutenção da paz e da segurança internacionais". Contudo, mais de 60 anos depois da criação da ONU, ainda nos vemos assolados por conflitos e longe de atingir a promessa contida no preâmbulo da carta, de que "a força armada não será usada a não ser no interesse comum".

Um dramático exemplo do mau êxito no cumprimento da promessa acima mencionada é o acirramento do conflito israelense-palestino, com um afastamento cada vez maior de uma solução justa e satisfatória para ambos os lados.

Todavia, uma análise mais detida nos conduz à conclusão de que o conflito israelense-palestino é um entre vários sintomas de que a ONU precisa de reformas. Na história recente, abundam exemplos de genocídio, crimes contra a humanidade e violações de direito humanitário.

Em 1994, a comunidade internacional assistiu ao genocídio de quase 1 milhão de pessoas em Ruanda, em sua maioria pertencentes à etnia tutsi e mortas a golpes de facão. Uma força militar da ONU composta por menos de 300 soldados estava presente, mas, sem autorização para agir e com insuficiência de pessoal e armamentos, se limitou a testemunhar a tragédia.

Durante o conflito da ex-Iugoslávia, o Conselho de Segurança declarou que o pequeno enclave de Srebrenica constituiria uma "área segura", "livre de ataques e atos hostis". Em 1995, sérvios renderam e humilharam as tropas da ONU, tomaram Srebrenica e massacraram quase 8.000 bósnios muçulmanos.

No Sudão, o conflito entre governo, rebeldes e milícias, além de incontáveis casos de estupros, tortura e mutilações, já custou a vida de aproximadamente 300 mil pessoas.

Os fatos evidenciam que a ONU está numa encruzilhada: tornar-se cada vez mais frágil até perder seu sentido e relevância ou, com reformas e efetivo

comprometimento da comunidade internacional, robustecer-se para a consecução de suas aspirações.

Enquanto a via do insucesso é mais simples e direta, requerendo pouco mais do que a continuidade da atual trajetória, o caminho do revigoramento perpassa por mudanças mais profundas.

Talvez um bom começo fosse dotar o secretário-geral de autoridade para solicitar pareceres à Corte Internacional de Justiça, o que permitiria ao mais importante funcionário da ONU obter um pronunciamento jurídico sobre as questões que ele não conseguisse resolver diplomaticamente.

Outro ponto importante é o orçamento, um problema que assombra a ONU desde sua criação. Se, por um lado, críticos podem ter razão quando dizem que a ONU precisa gastar melhor, é forçoso reconhecer que as contribuições de vários Estados-membros são ínfimas quando comparadas, por exemplo, a seus gastos militares. Além disso, são frequentes os atrasos dos membros no pagamento das contribuições, deixando a ONU sempre à beira de uma crise orçamental.

A obtenção de tropas e seu posterior envio perpassam, muitas vezes, por processos burocráticos vagarosos, pouco adequados para situações emergenciais. Destarte, é fundamental que a ONU possa contar com uma "força de reação rápida", ou seja, um grupo militar que, na hipótese de uma situação de urgência, possa ser imediatamente despachado. Se tivesse um contingente militar à disposição, a ONU poderia ter evitado genocídios como o de Ruanda e o da Bósnia. Há muito se fala na criação de uma força de reação rápida: é necessário transformar o projeto em realidade.

Por fim, uma ampliação do número de membros poderia se traduzir em maior representatividade e legitimidade para o Conselho de Segurança.

É certo que qualquer mudança será árdua, difícil, repleta de embates. Contudo, esse é preço que a comunidade internacional deve pagar -se de fato quer a paz.

***AZIZ TUFFI SALIBA** é doutor em direito internacional pela UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), pesquisador visitante na Universidade de Cambridge (Inglaterra) e autor do livro "Conselho de Segurança da ONU: Sanções e Limites Jurídicos".

Davos quer frear 'ganância mundial' – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/01/2009

Depois de anos promovendo o livre mercado e com a participação de alguns dos atores envolvidos na quebra das finanças internacionais, o Fórum Econômico de Davos realiza seu evento anual a partir da semana que vem em meio à maior crise dos últimos 60 anos e vendo seus próprios dogmas questionados. Hoje, Davos admite em tom afinado com o do novo presidente americano Barack Obama: a ganância pode minar o sistema capitalista.

A direção do evento chega a fazer mea-culpa. Entre os diretores do Fórum, a percepção é de que talvez o mundo não tenha dado atenção suficiente aos alertas de que o sistema poderia entrar em colapso.

Entre os dias 28 de janeiro e 1 de fevereiro, a 39ª edição do evento ocorre na estação de esqui, na Suíça, com o desafio de “redesenhar o mundo pós-crise”. Toda a agenda do evento será baseada nesse esforço e Davos quer se transformar em base de apoio para os trabalhos do G-20 (grupo dos 8 países mais ricos do mundo e 12 emergentes) de recriar o sistema financeiro internacional.

O Fórum adverte que até agora não está claro se as medidas adotadas terão o impacto desejado. Segundo a entidade, o mundo já gastou cerca de US\$ 1 trilhão para salvar os bancos. Mas as bolsas de valores já tiveram perdas 30 vezes maiores.

A crise também obrigou Davos a se olhar no espelho. Os principais dogmas defendidos nos eventos são questionados e até acusados de terem levado à crise. “Os alertas foram dados. Mas todos nós, coletivamente, não demos atenção suficiente. Era conveniente, politicamente, achar que o mundo poderia continuar crescendo de forma insustentável e que tudo continuaria igual”, admite o fundador e presidente do Fórum Econômico Mundial, Klaus Schwab. “Todos somos responsáveis.”

O sistema deve passar por uma revisão. “O que queremos é uma reforma do capitalismo. Temos de trazer de volta valores que foram perdidos. Trata-se de uma crise que irá transformar o mundo”, disse ontem.

Reduzir a ganância e remunerar de forma mais adequada empresários e banqueiros seriam algumas mudanças. “O sistema precisa ser menos ganancioso e mais profissional”, diz Schwab um dia depois que o presidente americano, Barack Obama pediu, nos Estados Unidos, uma reavaliação sobre a questão. “Nossa economia está extremamente enfraquecida. Uma consequência da ganância e irresponsabilidade por parte de alguns”, pronunciou em seu discurso de posse.

NOVO CAPITALISMO - Para Schwab, o colapso financeiro expôs uma crise de valores e de ética. “Precisamos fazer uma diferenciação entre empresas que geram valor e aquelas que apenas ganham fazendo transações. Lucros não podem vir a qualquer custo.”

As bases de um novo capitalismo devem ser estabelecidas em torno de novas regras e mais regulação, em um ponto de vista novamente alinhado ao que o presidente americano expôs ontem em seu discurso de posse: “Não está em questão para nós, tampouco, se o mercado é uma força do bem ou do mal. Seu poder de criar riqueza e expandir a liberdade é inquestionável, mas sua crise nos lembrou de que, sem um olhar vigilante, o mercado pode fugir de controle - e uma nação não pode prosperar por muito tempo quando favorece somente os prósperos.”

Oficialmente, porém, Schwab nega que Davos tenha promovido ideias que levaram ao colapso do sistema. “Não promovemos ideias ou dogmas. Algumas pessoas que foram convidadas é que trataram desses pontos. Sempre defendemos o uso de regras mundiais. O problema não é o capitalismo. Mas temos de ter um livre mercado que sirva à sociedade”, disse.

Schwab quer que o evento na semana que vem se transforme em um esforço de empresas, bancos, governos e sociedade civil para fazer propostas de como redesenhar a arquitetura financeira mundial. As propostas seriam levadas ao G-20, grupo que se reuniu em novembro para repensar o sistema internacional.

Um novo evento está marcado para abril, em Londres. O primeiro-ministro britânico, Gordon Brown, também estará em Davos. “Queremos garantir que todos os atores tenham suas opiniões ouvidas antes do encontro do G-20 de abril.”

Em Davos, ministros de Finanças e presidentes de Bancos Centrais de mais de 40 países também estarão presentes. “A comunidade financeira pode ter sido parte do problema. Mas ela também será parte da solução”, disse Schwab. “Precisamos discutir não apenas como sair da crise, mas como será o mundo depois.”

Barack Obama não participará do evento, mas alguns de seus principais representantes devem apresentar novos pontos da política americana. Na área econômica, Larry Summers, diretor do Conselho Econômico Nacional, será um deles. No campo militar, James Jones, conselheiro de defesa, falará sobre o futuro do Oriente Médio.

TRECHOS DO DISCURSO DE POSSE

Barack Obama - Presidente dos EUA - “Nossa economia está extremamente enfraquecida. Uma consequência da ganância e irresponsabilidade por parte de alguns”

“Não está em questão para nós, tampouco, se o mercado é uma força do bem ou do mal. Seu poder de criar riqueza e expandir a liberdade é inquestionável, mas sua crise nos lembrou de que, sem um olhar vigilante, o mercado pode fugir de controle - e uma nação não pode prosperar por muito tempo quando favorece somente os prósperos”

Enfrentando a crise como oportunidade - Marcio Pochmann – Valor Econômico – Colunistas - 22/01/2009

No balanço preliminar que já se pode fazer a respeito do conjunto de políticas econômicas adotadas para enfrentar a crise atual, destaca-se a existência tanto de confluência de ações como distinção de objetivos entre países. De maneira geral, percebe-se a inegável convergência no padrão de políticas públicas adotadas, quase todo elo comprometido com a defesa e sustentação da produção, ocupação e renda. Isso se tem traduzido no uso de medidas anticíclicas que se caracterizam pelo afrouxamento de políticas fiscais e monetárias, pelo socorro a empresas e bancos em dificuldades, pela ampliação do gasto público e pela regulação das forças de mercado. Na falta de melhor definição, poder-se-ia associar à tática da reprodução de medidas consagradas pelo velho keynesianismo bastardo, muito distinto da trajetória das duas últimas décadas de tratamento das crises pela via recessiva e de reformas liberalizantes.

Por outro lado, nota-se também como uma minoria de nações consegue conceber estratégias mais amplas a partir das opções de políticas de combate à crise. Muitas vezes são medidas que buscam ir além do papel meramente anticíclico de políticas keynesianas, embutindo visão de longo prazo a respeito de como o país deseja se

colocar no cenário do após-crise mundial. Noutras palavras, o desafio de enfrentar a crise se transforma numa oportunidade de renovação e revigoração de instituições, bem como na possibilidade de avançar a reestruturação do setor produtivo e o padrão de financiamento. Da mesma forma com que as decisões governamentais rompem com as amarras do neoliberalismo, coloca-se no seu lugar um novo projeto de nação que implica, inclusive, a reinserção econômica global. Esse parece ser o caso de países como Rússia, China e Índia, apenas para citar alguns. Por meio do acompanhamento sistemático das ações formuladas e implementadas observam-se elementos de uma perspectiva mais ampla do que a postura anticíclica de políticas econômicas e sociais.

Para ir além, não se trata de somente evitar o pior, mas de transformar a crise no amálgama das transformações mais profundas que provocam a antecipação do novo a partir da fragmentação do velho. Destaca-se nesse sentido que, frente ao surgimento do cenário internacional cada vez mais multipolar que resulta da fase de decadência dos Estados Unidos, alguns países adotam medidas que apontam para o seu reposicionamento na geopolítica da produção, competitividade e produtividade global. Entre as medidas nacionais encontram-se aquelas de suporte e reforço à infra-estrutura interna que se alia à complementaridade da estrutura produtiva e ao maior fortalecimento do mercado interno. Da mesma forma, merecem atenções as ações que se direcionam ao reposicionamento nacional e regional no espaço global, como as decisões governamentais de apoio às forças militares, acordos supranacionais regionais para a defesa do comércio externo e a atração de maior quantidade de investimentos associados.

No caso da América Latina, ganha relevância a posição do Brasil, detentor da maior população e vigor econômico. Percebe-se que o país, assim como a região como um todo, vinha registrando mais recentemente melhora econômica e social significativa à medida que se afastava do receituário neoliberal. Não somente a estrutura produtiva era recuperada, como os indicadores sociais melhoravam positivamente. Tudo isso após ter passado por cerca de um quarto de século de nítidos retrocessos, que fizeram encolher o peso relativo da América Latina (e do Brasil) no mundo da produção, do emprego e da renda. É dentro desse contexto que a crise econômica internacional está sendo enfrentada. Para a maioria dos países latino-americanos, as políticas adotadas não se voltam para a saída externa, como no passado recente, de opção governamental pela redução do papel do Estado, de elevação dos juros e demais medidas recessivas e anti-sociais.

De maneira geral, as políticas econômicas e sociais anticíclicas buscam evitar o pior, podendo se mostrar, todavia, insuficientes para o atendimento do desafio de evitar a inflexão do ciclo de melhoras que a região colhia até 2008. O curso do soerguimento das economias latino-americanas fortemente abaladas pelas políticas ortodoxas das últimas duas décadas conecta-se com a conformação de uma estrutura econômica e social pós-neoliberal. Mas isso se encontra ainda em fase inicial, cuja interrupção pela crise atual poderá terminar recolocando novamente o cenário de aprofundamento da realidade brutal de desigualdade na geração de oportunidades econômicas e sociais ao conjunto das populações. Merece atenção, portanto, uma maior reflexão sobre os principais pontos de contágio da região com a crise internacional originada nos países desenvolvidos. Inicialmente, destaca-se a dependência da região para com o crédito externo, que coloca ênfase no avanço mais rápido na consolidação do Banco Sul, capaz de contribuir na formulação de um novo padrão de financiamento para a infra-estrutura, produção e consumo regional. Imediatamente, ressalta-se a dependência da região no comércio externo. O estreitamento do Mercosul com a Unasul pode permitir o reforço de acordos supranacionais que agilizem a integração produtiva e comercial entre os

países, esvaziando a subordinação das trocas para com os países desenvolvidos atualmente em recessão.

Por fim, constata-se também a dependência da estrutura produtiva da região às grandes corporações transnacionais. Nesta fase de crise elas terminam retransmitindo por meio das redes globais de produção viabilizadas pelas filiais instaladas na região os impactos negativos gerados pelas decisões nas matrizes. A opção pela adoção de políticas de apoio comercial, financeiro e produtivo supranacionais permitiria gerar confiança empresarial para fazer avançar o investimento na região. Ou seja, a defesa comercial e a sustentação da produção e do emprego pelo conjunto dos países da região permitiriam emergir uma estratégia de nova institucionalidade supranacional, contemporânea com as oportunidades da economia pós-industrial. Ela já se impõe por meio da renovação das elites, bem como pela reestruturação da sociedade em novas bases e à mercê da conformação de inovadora maioria política.

Estão os governos da região conscientes da oportunidade histórica de renovação latino-americana? Eis uma excelente questão a ser acompanhada pelos seus desdobramentos nos próximos meses. Tais como na década de 1930, quando a região aceitou o desafio de mudar o velho modelo primário-exportador pelo padrão de desenvolvimento urbano-industrial, os países da região podem agora consagrar um grande acordo que permita manter os bons resultados econômicos e sociais obtidos até o momento, a partir do abandono do neoliberalismo. Muito há ainda de ser feito, desde que o aprofundamento da crise não venha a representar a defesa dos interesses historicamente dominantes na região.

*** Marcio Pochmann é presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e professor licenciado do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas. Escreve mensalmente às quintas-feiras.**

Em perplexidade, Davos antecipa G20 – Clóvis Rossi - Folha de São Paulo – Mundo - 25/01/2009

A elite mundial que se reúne todo janeiro na cidadezinha suíça de Davos foi colocada, neste ano, ante uma missão impossível: moldar o mundo pós-crise, título oficial do encontro anual 2009 do Fórum Econômico Mundial.

Impossível porque o mundo não demonstra a mais remota ideia do molde que tem a crise propriamente dita -ou seja, quanto vai durar, quão profunda será. Moldar o pós-crise, portanto, é devaneio puro.

De todo modo, o encontro que começa na quarta-feira acabará sendo uma espécie de antecipação da segunda cúpula do G20 (as 20 mais significativas economias do mundo), marcada para 2 de abril em Londres -esta sim, encarregada teoricamente de moldar o mundo pós-crise, por meio de uma reforma financeira global.

A Davos irão neste ano quatro governantes do G8 (o britânico Gordon Brown, a alemã Angela Merkel, o japonês Taro Aso e o russo Vladimir Putin, que é primeiro-ministro, mas manda mais que o presidente Dmitri Medvedev).

Irão também o premiê chinês, Wen Jia Bao, e o presidente mexicano Felipe Calderón, dois dos principais emergentes que fazem parte do G20.

Além disso, Davos será a primeira oportunidade para que a recém-empossada administração Obama aponte caminhos para a reforma da arquitetura financeira. A primeira cúpula do G20 foi ainda na gestão Bush, mas, agora, Davos recebe Lawrence Summers, novo presidente do Conselho Econômico Nacional norte-americano e uma das duas personalidades responsáveis, há dez anos, pela ideia de criação do G20 (a outra foi o canadense Paul Martin).

O Brasil é que estará sub-representado. Suas mais altas autoridades serão o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles (antigo frequentador de Davos, antes e depois de se tornar banqueiro central) e o chanceler Celso Amorim. Mas, em questões relativas ao G20, quem comanda é a Fazenda, que não terá representante.

De qualquer forma, o presidente do Fórum Econômico Mundial, o suíço Klaus Schwab, cuida de avisar que Davos "não é um órgão de decisões, mas um ponto de encontro de responsáveis políticos, membros da sociedade civil e empresários", aliás de longe a maior clientela dos encontros anuais.

Davos sempre foi um ponto de encontro, mas o deste ano desperta um interesse fora do comum, a ponto de a CNN ter destacado até sua repórter-estrela, Christiane Amanpour, para conduzir dos Alpes suíços, em colaboração com o YouTube, um painel sobre os desafios de Barack Obama. A Reuters, por sua vez, escalou uma equipe multimídia de 30 repórteres, fotógrafos, colunistas e cameramen.

O interesse pelo encontro de Davos decorre de uma tremenda perplexidade em lideranças políticas, empresariais e acadêmicas sobre o que vai acontecer com a economia.

Pior: na semana que antecede a reunião, a sensação térmica na economia se parece muito à do momento da quebra, em setembro, do Lehman Brothers, que marcou o início de um tobogã nas Bolsas, na economia real, nos investimentos e nos financiamentos.

Reaparece o fantasma de quebra de bancos ou de estatização de muitos deles. É significativo que a capa da mais recente edição da revista "The Economist" trate da crise bancária. Mais: o texto de abertura diz que, "como publicação capitalista, nós rejeitamos uma política deliberada de nacionalização no atacado", mas, acrescenta, "goste-se ou não, pode ser a opção menos ruim em muitos casos doravante".

É igualmente representativo da perplexidade com que Davos recebe a elite global o fato de que um de seus principais assistentes, Gordon Brown, tenha passado rapidamente de salvador do planeta, ao lançar o pacote pioneiro de socorro a bancos (e à economia), a candidato a líder de "uma Islândia no Tâmesa", como diz o jornal "Daily Express", aludindo ao pequeno país europeu que sofreu o mais profundo colapso durante a crise.

Até a sóbria "Economist" escreve: "É tempo de admitir que a primeira rodada de socorro a bancos não foi suficiente". É sobriedade demais para descrever o ambiente em que Davos recebe a elite. Por isso mesmo, para moldar o mundo pós-crise, como pede o título geral do encontro, só se a cidadezinha for mesmo "A Montanha Mágica", o clássico do Nobel de 1929 Thomas Mann (1875-1955), ambientado precisamente em Davos.

Em uma decisão que pegou de surpresa as empresas de comércio exterior, o governo passou a adotar desde ontem uma série de barreiras não-tarifárias ao ingresso da grande maioria de produtos importados. Na prática, a medida significa a volta do sistema de controle das importações adotado pelo país nas décadas de 70 e 80, quando o Brasil era um pequeno exportador e importava 80% do petróleo que consumia.

O que mais chamou a atenção foi a forma com que o governo comunicou a decisão ao setor. Em vez de uma portaria ou uma comunicação formal, o Ministério do Desenvolvimento anunciou a nova medida por meio de uma nota publicada na sexta-feira passada no Siscomex, o sistema usado para controlar o comércio exterior.

A nota no Siscomex informa que será exigida a partir da data de ontem a apresentação da licença de importação prévia, a chamada LI, para quase todos os produtos que entram no país. A lista é ampla e abrange praticamente toda a pauta de importações do país: produtos de moagem (trigo), plásticos, cobre, alumínio, ferro, bens de capital, material eletroeletrônico, autopeças, automóveis e material de transporte em geral, entre outros.

A exigência da LI tinha sido abolida no país nos últimos anos. A importação era praticamente automática. A única exigência era de uma declaração de importação (DI), que era feita pelo próprio importador, apenas para efeitos estatísticos.

Já as LIs podem demorar até 60 dias para serem concedidas pela Secex (Secretaria de Comércio Exterior) e se assemelham muito às guias de importação da época da Cacex (Carteira de Comércio Exterior), o órgão que era responsável pelo controle da entrada de produtos no país nas décadas de 70 e 80. A Cacex foi extinta em 1990 e, desde então, o Brasil sempre tem atuado no sentido de liberalizar o comércio exterior.

De acordo com o que a **Folha** apurou, a medida adotada pelo Ministério do Desenvolvimento não conta com o apoio dos técnicos da Fazenda. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, irá se reunir hoje com o ministro interino do Desenvolvimento, Ivan Ramalho, para discutir a decisão.

No início da noite de ontem, a assessoria do Ministério do Desenvolvimento ligou à **Folha** para informar que o objetivo da medida foi fazer um "acompanhamento estatístico" de uma série de produtos importados pelo país, e as importações barradas ontem seriam liberadas rapidamente.

A decisão de barrar as importações com a adoção de medidas burocráticas demonstra, no entanto, uma preocupação evidente do governo com a acentuada desaceleração das exportações brasileiras no início deste ano. Segundo a **Folha** apurou, o governo chegou a promover reuniões na semana passada com o objetivo de estudar medidas para reverter o quadro, entre elas adotar algumas barreiras à importação.

O Ministério do Desenvolvimento pode ter até se precipitado e exagerado na dose e, por isso, poderá ser obrigado a voltar atrás, mas a medida não deixa dúvidas de que o governo está preocupado com a deterioração da balança comercial.

Ontem foram divulgados os números da balança comercial de janeiro até a semana passada. Pela terceira semana consecutiva, a balança registra déficit. Até o dia 25, o saldo negativo chegava a US\$ 645 milhões.

Nesse mesmo período, as exportações somaram US\$ 7,5 bilhões, uma queda de 21,8% em relação ao ano passado. Já as importações totalizaram US\$ 8,2 bilhões, uma queda de 8,8% em relação a 2008.

Segundo o vice-presidente da AEB (Associação de Comércio Exterior do Brasil), José Augusto de Castro, o déficit de janeiro ficou bem acima das previsões. Ele mesmo esperava um pequeno superávit, mas isso não justifica a adoção pelo Brasil de medidas protecionistas, segundo ele, já que o país possui reservas de US\$ 202 bilhões, mais do que suficientes para cobrir esse déficit.

De acordo com Castro, até se esperava que essas medidas fossem adotadas por alguns países, como a Argentina e o Equador, mas nunca pelo Brasil. Ele teme que, a partir dessas medidas, os outros países adotem medidas de retaliação contra a exportação brasileira. "Essa medida significa uma mudança significativa de rota da política de comércio exterior do Brasil", afirma.

Obama telefona e Lula e defende retomada de Doha - Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Brasil - 27/01/2009

O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, defendeu ontem, em conversa telefônica com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a retomada das negociações da Rodada Doha. Obama ordenou a equipe econômica de seu governo a entrar em contato com a equipe brasileira para "afinar o discurso" para a reunião do G-20, o grupo que reúne as 20 maiores economias do planeta - a reunião será realizada em abril, em Londres.

Este foi o primeiro telefonema de Obama a Lula desde que o líder americano tomou posse, na semana passada. Obama, segundo relato do porta-voz de Lula, Marcelo Baumbach, disse que aprofundar os debates sobre Doha é uma maneira de enfrentar a crise.

Obama também manifestou a intenção de discutir cooperação na área de biocombustíveis, na qual, teria dito ele, "tem muito a aprender com a experiência brasileira". Lula deu parabéns ao colega americano pela posse, especialmente pela menção à "ajuda aos mais pobres" no discurso de posse. Lula convidou Obama para visitar o Brasil em abril, mas como resposta disse que nessa data está com a agenda lotada.

Países ricos se protegem da crise com subsídios, diz OMC - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 27/01/2009

Os países desenvolvidos são responsáveis pelas ações com efeito comercial mais importantes adotadas até agora em resposta à crise financeira global, através de ajudas estatais bilionárias para suas combatidas indústrias. Só o setor automotivo recebeu US\$ 32 bilhões de pacotes em vários países.

É o que mostra a Organização Mundial do Comércio (OMC) em seu primeiro relatório sobre o estado do protecionismo, no que deve se transformar num mecanismo informal de monitoramento contra novas barreiras.

A entidade, que fiscaliza o comércio mundial, constata que a crise global provocou até agora pouca reação dos governos na forma de alta tarifária ou barreiras ao comércio. Mas alerta que o risco de protecionismo persiste, com a margem significativa

que os os países têm para aumentar tarifas e subsídios que distorcem o comércio. A OMC cita estudo que mostra que, se todos os países elevarem as taxas ao máximo que podem pelas regras atuais, isso dobrará a tarifa média global e o valor do comércio mundial será cortado em 8%.

A OMC nota que Índia, Mercosul, Equador e Coréia do Sul elevaram ou planejam elevar taxas de importação. Outros adotaram restrições burocráticas para frear importações, como a Argentina (que afetam produtos brasileiros) e a Indonésia.

Lamy aponta também outros países que adotaram medidas para estimular as exportações, como o México, a própria Argentina, com baixa na taxa de exportação de trigo, e a China.

A maior reação à crise até agora tem sido a ajuda dos governos, sobretudo dos países ricos, para bancos, indústria aérea, de construção, siderurgia, semi-condutores e automotiva. Na prática, é a volta de subsídios que até pouco tempo atrás eram considerados enterrados nas trocas globais, o que abria caminho para desmontar as subvenções agrícolas.

Agora, os exemplos de retorno aos subsídios aumentam, a começar pela UE, que relaxou suas regras sobre ajuda governamental. Assim, os países-membros podem dar taxas de juros subsidiadas a empréstimos e garantias estatais.

No setor automotivo, os governos de EUA, Canadá, Suécia, Coréia do Sul, França, Alemanha, Austrália, Argentina e China anunciaram programas para ajudar produtores e estimular vendas de carros.

No setor financeiro, a OMC destaca que 58 planos de socorro ou garantias no valor de trilhões de dólares foram anunciados até agora por 26 países, quase todos para tentar salvar instituições nos países desenvolvidos.

As reações comerciais (sobretaxas antidumping e antisubsídios) não aumentaram ainda. Mas a OMC admite que a alta dessas ações parece inevitável em 2009.

O relatório reafirma o que Lamy e seus técnicos vêm dizendo há um bom tempo sobre uma contração significativa das trocas internacionais este ano. A escassez de financiamento para as exportações continua, faltando pelo menos US\$ 25 bilhões de fontes privadas. As linhas de crédito de exportação para países emergentes, quando existem, custam três vezes mais.

Pelo momento, em todo caso, a situação é menos dramática em termos reais, segundo a OMC. No segundo semestre, o crescimento das trocas diminuiu fortemente e virou negativo em novembro, embora na média do ano ainda estivesse em torno de 15%. Mas isso foi em termos nominais, em dólar corrente.

Medido em termos reais (ajustado pelo preço e câmbio), o crescimento do comércio ainda chegou a 4% em 2008. Para este ano, o Banco Mundial projeta uma contração global de 2,1%, mas pode ser bem mais. Depende da reação aos pacotes de estímulo econômico lançados pelos EUA, UE, Japão, Argentina, Chile, China, Malásia, México e Tailândia.

A exigência de licença prévia para importação de cerca de 3.000 itens colocou em rota de colisão os ministros Guido Mantega (Fazenda) e Miguel Jorge (Desenvolvimento), e o assunto foi resolvido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ontem, por determinação de Lula, foi revogada a medida implementada de forma atabalhoada, no início da semana, pelo Desenvolvimento.

"A medida foi mal entendida, causou ruídos, foi mal interpretada. Conversei com o ministro Miguel Jorge, que está em uma missão internacional na África e concordamos pela suspensão para cessar os ruídos", anunciou Mantega ontem, no final do dia, ao lado do ministro interino do Desenvolvimento (MDIC), Ivan Ramalho.

A frase selou o desfecho de mais de 24 horas de negociações e informações desencontradas dentro do governo. Poucas horas antes, o diretor da área internacional da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Roberto Giannetti, havia conversado separadamente com Ramalho e os técnicos do MDIC e com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Machado, e saiu do ministério comemorando "mudanças" na nova regra, que resolveriam o problema dos empresários.

"O tempo [de 10 dias para licença] permite ao governo uma observação preventiva dos preços que estão sendo praticados e os volumes de importação, para que a gente não seja surpreendido com importação de um produto que possa destruir empregos no Brasil e causar dificuldades às nossas indústrias por concorrência predatória", disse, mostrando-se satisfeito.

Segundo Giannetti, a medida só seria uma barreira se fosse mal usada e as licenças demorassem muito para sair, coisa que o ministério havia garantido que não. Mas, cerca de 15 minutos depois dessas declarações, tudo mudou. A assessoria de Mantega convocou uma entrevista coletiva. Ao anunciar a revogação da medida, recusando-se a responder perguntas de jornalistas, porém, Mantega deixou claro a preocupação do MDIC com o desempenho comercial em meio à crise.

Barreiras - Essa era justamente a maior crítica dos empresários, que alegavam que o governo estava adotando barreiras comerciais. "O Desenvolvimento tomou a medida em razão do comportamento da balança comercial de janeiro. A crise internacional provocou redução da demanda de commodities e diminuição das exportações e causou preocupação em relação ao desempenho da balança."

"Foi notada uma agudização da competição, da concorrência no comércio internacional", emendou. "Em razão disso, o Ministério do Desenvolvimento resolveu tomar uma medida estabelecendo a licença prévia, para poder fazer um monitoramento mais preciso do que está acontecendo com a balança comercial", completou Mantega.

A Fazenda era contrária à medida. No dia anterior, numa reunião com Mantega, Ramalho e técnicos da Fazenda, foi sugerida a revogação. Mas o MDIC insistiu em que o "erro de divulgação" poderia ser consertado. Ficou combinado que uma "declaração política" do MDIC explicitando a medida poderia amenizar a apreensão inicial dos empresários.

Tanto é que, logo após o encontro, foi divulgada pelo Desenvolvimento nota acordada com a Fazenda tentando esclarecer a medida. Como a repercussão negativa só cresceu no setor produtivo, pela manhã, a Fazenda já estava convencida de que o jeito seria recuar.

O MDIC ainda insistia em pequenos "ajustes", embalado pelo lobby protecionista de alguns setores que temem, especialmente, a concorrência considerada desleal da Ásia. Sem querer bater de frente publicamente com o Desenvolvimento, Mantega recomendou a Lula a suspensão da decisão, alegando os estragos na economia que a medida poderia causar.

Governo adia ação para não constranger ministro – Folha de São Paulo – Dinheiro – 29/01/2009

O recuo do governo começou a ser desenhado na terça. O ministro Guido Mantega (Fazenda) recebeu pressões do empresariado, mas temia criar um constrangimento público ao colega Miguel Jorge (Desenvolvimento) revogando imediatamente a medida. Por isso, tentou-se encontrar uma forma "honrosa" para resolver o problema, considerado pelos técnicos do governo como "um erro completo de comunicação".

Segundo a **Folha** apurou, a Fazenda e o Desenvolvimento vinham discutindo a evolução da balança comercial e formas de conseguir antecipar o desempenho, sobretudo das importações, e também monitorar as compras da Ásia, que tem um custo de produção muito baixo em relação ao Brasil.

A Fazenda havia pedido um levantamento detalhado para o Desenvolvimento e foi acertada um encontro na terça-feira para retomar o tema, mas, um dia antes, o Ministério do Desenvolvimento já havia estabelecido a exigência de licenças prévias de importação e a reunião se destinou a discutir uma solução para o problema.

Nesse mesmo dia, em visita a São Paulo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi informado da reação negativa à decisão e pediu a Mantega que conversasse com o ministro do Desenvolvimento, que está no exterior. A Fazenda se manifestou pela revisão da medida.

Jorge resistiu e foi tentada uma alternativa: deixar claro que a produção que depende de insumos e peças importadas não seria afetada. Não deu certo. As críticas subiram de tom e, na manhã de ontem, a Fazenda estava convencida de que o governo teria que recuar.

Jorge teve que concordar diante do aumento das críticas. Lula, que havia dito que analisaria o assunto quando voltasse a Brasília, o fez ontem pela manhã. Ele foi informado de que um de seus conselheiros econômicos, o ex-ministro Delfim Netto, era contra a medida. Também pesou a repercussão negativa na imprensa, o que o levou a acatar os argumentos contrários da Fazenda.

Quando recebeu, no meio da tarde, telefonema do presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, demonstrando preocupação com a medida, o presidente já comunicou o colega de Mercosul que ela seria revogada.

O Ministério do Desenvolvimento ainda tentava se justificar, argumentando que a medida não era uma barreira -serviria para melhorar a avaliação estatística da balança comercial. Nas palavras de um ministro, houve uma falha de comunicação, apesar de empresários e economistas apontarem o caráter protecionista da medida. ***SHEILA D'AMORIM, KENNEDY ALENCAR E SIMONE IGLESIAS.**

Barreira seria exceção, avalia OMC – Denyse Godoy – Folha de São Paulo – Dinheiro – 29/01/2009

Se tivesse mantido a exigência de licença de importação prévia lançada no início da semana, o Brasil seria um dos primeiros a adotar uma barreira ao comércio internacional no âmbito da atual crise.

Segundo a OMC (Organização Mundial do Comércio), os seus membros "parecem ter mantido sob controle, com sucesso, as pressões protecionistas domésticas". "Têm surgido apenas sinais limitados de aumento de tarifas, barreiras não-tarifárias e subsídios", diz a entidade em relatório reservado obtido pela **Folha**.

De acordo com o documento, as medidas mais significativas adotadas até agora foram de apoio ao setor financeiro e às montadoras. "Algumas dessas providências podem eventualmente ter efeitos negativos em outros mercados ou introduzir distorções na competição entre instituições financeiras."

Sobre o Brasil, a OMC cita a autorização para que bancos públicos comprem carteiras de outros e o esforço do Banco Central em garantir crédito a exportadores.

*Colaborou **MARCELO NINIO** , em Genebra

Medida brasileira causa desconforto no Mercosul – Thiago Guimarães – Folha de São Paulo – Dinheiro – 29/01/2009

O aumento da burocracia para a liberação de importações -suspensão ontem pelo governo após repercussão negativa- também pegou mal entre sócios do Mercosul.

O governo da Argentina soube da medida na segunda, por meio do próprio ministro interino do Desenvolvimento, Ivan Ramalho, que participou em Buenos Aires de reunião sobre o comércio bilateral.

Na terça, contudo, ainda havia dúvidas na Casa Rosada sobre o alcance das restrições. Ontem à noite, a presidente Cristina Kirchner se reuniu com ministros para debater o tema, antes da suspensão.

Para a Argentina, que amargou déficit de US\$ 4,3 bilhões em 2008 no comércio com o Brasil, entaves a exportações são péssima notícia. As importações brasileiras de produtos argentinos atingiram US\$ 13,3 bilhões no em 2008 -27,4% a mais do que em 2007. E ontem a Argentina divulgou os dados de sua balança comercial de dezembro - queda de 52% no superávit na comparação anual.

A medida também teve forte impacto negativo no Uruguai. Em contato telefônico, o presidente Tabaré Vázquez soube pelo presidente Lula que as restrições haviam sido suspensas.

As exportações uruguaias para o Brasil cresceram 38,9% sobre 2007, atingindo US\$ 903 milhões. O país tem déficit de US\$ 741 milhões com o Brasil.

Neoprotecionismo – Roberto Rodrigues - Folha de São Paulo – Dinheiro – 31/01/2009

O agronegócio do país, que em condições normais não precisa de proteção, vive demanda de mecanismos defensivos

ANALISTAS importantes repetem todos os dias, pelo mundo afora, que a atual crise nascida nos Estados Unidos é o reflexo de uma "liberalização" exagerada do sistema financeiro e que se faz necessária uma nova regulação para esse setor, para que ele volte a ser um instrumento de desenvolvimento e de geração de empregos e riquezas nas empresas e nas nações.

Não será fácil chegar a isso, e o G20, que se reunirá no próximo abril, pode bem ser o fórum para essa importante implementação. Enquanto não se costura essa complicada regulação, os países estão se defendendo da crise montando redes de proteção. Para evitar a recessão ou o desemprego, estão colocando dinheiro para valer em bancos, empresas gigantescas e empreendimentos com vertente social. O próprio presidente Obama acaba de conseguir mais US\$ 819 bilhões da Câmara dos Representantes dos EUA para ajudar a combater a crise, protegendo setores. É uma nova onda de protecionismo, um neoprotecionismo, que tem pelo menos duas claras derivações. A primeira é uma "trombada" com a globalização econômica. Se barreiras e fortalezas protecionistas são erguidas, projetos de liberação comercial, como a Rodada Doha da OMC, ficam obviamente sacrificados. E até mesmo as grandes instituições multilaterais acabam perdendo protagonismo. Pode-se ver isso começando, mas não dá para saber como vai acabar.

E a segunda é ainda mais interessante: se todos os países estão se protegendo, aqueles que não o fizerem ficarão expostos a uma concorrência predatória que pode

causar graves problemas a seus setores produtivos. Portanto o neoprotecionismo acaba virando uma regra a ser seguida por todos os países.

Evidentemente, nenhum governo deve criar pânico em relação à crise, e sim mostrar à sociedade confiança de que será possível superá-la com galhardia. Mas também precisa tomar atitudes concretas na nova regra.

Nesse sentido, o agronegócio brasileiro, que é competitivo, eficiente e, em condições normais, não precisa de proteção -e sim apenas de isonomia em relação aos concorrentes-, vive agora uma demanda de mecanismos defensivos. A safra de grãos que começaremos a colher em poucas semanas é muito cara (por causa do aumento dos custos) e teve crédito insuficiente: com isso, os produtores reduziram a área que pretendiam plantar e usaram menos tecnologia (menos fertilizantes), de modo que a produção será menor do que se estimava. E a seca no Sul quebrou ainda mais essa previsão. Ainda não sabemos o que vai acontecer com os preços, mas, se a crise se tornar recessão mundial, a demanda cairá e os preços também. Isso seria trágico: safra cara, pequena e de preços baixos seria uma equação dramática, que levaria o setor rural a grande inadimplência e incapacidade de plantar safra boa neste ano, a ser colhida em 2010. E isso traria inflação, déficit na balança comercial e queima de reservas.

Proteção é necessária, e a política de preços mínimos resolveria o assunto. Além disso, setores exportadores em grande dificuldade, como o sucroalcooleiro ou o de carnes, precisam de crédito para exportar (ACC) e capital de giro, com carência, prazo longo e juros compatíveis, para manter vivo o sistema produtivo. Todos esses instrumentos são aceitos pela OMC e, implementados no Brasil, nos colocariam em melhor condição de competir com nossos protegidíssimos competidores.

***ROBERTO RODRIGUES**, 66, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp e professor do Departamento de Economia Rural da Unesp - Jaboticabal, foi ministro da Agricultura (governo Lula). Escreve aos sábados, a cada 15 dias, nesta coluna.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

op
pa Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



IIICA

NEAD

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

